

## A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal

### INTRODUÇÃO

O 25 de Abril ergue-se como a principal linha divisória na formação do Portugal contemporâneo, e isto porque ele marca irreversivelmente o fim da presença colonial portuguesa em África, dá início à reorganização e modernização da vida económica e civil e cria e estabiliza pela primeira vez no País uma democracia política do tipo parlamentar burguês. O impulso para estas mudanças fundamentais veio, significativamente, não tanto do interior do próprio Portugal, mas de África: as guerras coloniais em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau constituíram a causa principal do colapso final da ditadura salazarista, o agente catalisador das forças no interior da sociedade portuguesa que estavam determinadas a retirar o País do longo período de isolamento nas águas estagnadas e semifeudais da periferia sul-ocidental da Europa.

No contexto desta perspectiva, defender-se-á especificamente neste artigo que foi a partir da Guiné — ironicamente, a colónia menos importante em termos económicos e estratégicos — que se desferiram os golpes fatais na ditadura colonial. Os extraordinários sucessos políticos, militares e diplomáticos da luta de libertação nacional empreendida pelo PAIGC tinham colocado, já em 1973, o intransigente regime de Lisboa num beco sem saída. A perspectiva de uma iminente e ignominiosa derrota provocou uma revolta militar. As duas correntes de rebelião existentes no seio das forças armadas — a conservadora e neocolonialista, associada ao general Spínola, e a radical democrática e anticolonialista, que viria mais tarde a hegemonizar o MFA —, e que se uniram temporariamente em 25 de Abril de 1974 para tomar o poder, têm a sua origem em Bissau.

Durante a primeira fase do processo revolucionário desencadeado pelo golpe militar em Portugal, e que foi dominada pela questão da descolonização, o PAIGC voltou a desempenhar um papel crucial: primeiramente, ao definir o contexto do processo de descolonização, insistindo em que o novo Governo Português reconhecesse publicamente o direito dos povos colonizados à independência total e à autodeterminação, forçando secundariamente, por essa via, a clarificação das concepções políticas e o equilíbrio do poder

---

\* University of Manchester.

no seio do novo regime de Lisboa e precipitando a luta subsequente entre elementos conservadores e radicais dentro das forças armadas pela direcção da revolução democrática na metrópole.

A descolonização da Guiné é talvez ímpar na história do colonialismo moderno. O fenómeno da confraternização entre guerrilheiros do PAIGC e os soldados das forças armadas portuguesas, a seguir ao 25 de Abril, e a tomada de posição dos oficiais do MFA em Bissau, a 1 de Julho de 1974, exigindo a transferência imediata do poder para o PAIGC, patenteiam tanto a enorme força moral e política das ideias de Amílcar Cabral como a natureza singular do processo português.

O PAIGC, como se sugerirá, prestou um contributo inestimável à luta pela deposição da ditadura de Lisboa e à criação de uma sociedade democrática em Portugal; e o MFA, nos seus confrontos com Spínola e em aliança com o movimento popular, garantiu a vitória total do PAIGC na sua luta pela libertação da Guiné e Cabo Verde.

## I. GUINÉ: O «CALCANHAR DE AQUILES» DA DITADURA

[...] Our peoples make a distinction between the fascist-colonial government and the people of Portugal: they are not fighting against the Portuguese people. However, the objective situation of the large popular masses in Portugal, oppressed and exploited by the ruling classes of their country, should make them understand the great advantages for them that will flow from the victory of the African peoples over Portuguese colonialism.

[...] While the fall of fascism in Portugal might not lead to the end of Portuguese colonialism — and this hypothesis has been put forward by some Portuguese opposition leaders — we are certain that the elimination of Portuguese colonialism will bring about the destruction of Portuguese fascism. Through our liberation struggle we are making an effective contribution towards the defeat of Portuguese fascism and giving the Portuguese people the best possible proof of our solidarity [...]

(Amílcar Cabral, Março de 1961, in *Revolution in Guinea*, Londres, 1974, pp. 15-16).

Em Portugal metropolitano, a *ditadura* enfrentou crises sérias em várias ocasiões, mas nunca se lhe deparou uma oposição uniforme ou de base genuinamente popular. Se bem que Salazar nunca tenha sido muito popular, ele dispôs, todavia, de uma certa e discreta aquiescência, de uma resignação fatalista ao seu domínio, aparentemente interminável, sobre a vida política da Nação. Como notou um tanto amargamente Fernando Queiroga, o povo português no seu conjunto, enquanto «dominado pela mais cruciante miséria, duramente experimentado pelas medidas repressivas [...] não evidencia o mínimo espírito combativo e, bem pelo contrário, oferece o mais desolador aspecto de resignação»<sup>1</sup>.

As fraquezas da oposição democrática em Portugal foram, por contraste, as verdadeiras forças dos movimentos de libertação nas colónias africanas. Enquanto o aparelho repressivo do regime ditatorial obtinha assinaláveis sucessos em relação às revoltas esporádicas de dissidentes urbanos na metrópole, a firmeza da rebelião armada dos elementos nacionalistas nas

<sup>1</sup> Queiroga, *Portugal Oprimido*, Lisboa, 1975, pp. 91-92. Este livro é um relato da participação do autor na abortada Revolta da Mealhada, de 1946.

«províncias ultramarinas», que se apoiavam nas massas camponesas de zonas rurais remotas e muitas vezes inacessíveis, colocava a esse mesmo aparelho repressivo um problema bem maior. Apesar de raramente registarem vitórias decisivas, «a guerra da pulga» das forças de guerrilha conseguiu criar a confusão suficiente para exigir de Portugal o envio de cerca de 150 000 soldados para África e o dispêndio de algo como metade do orçamento estatal nessa colossal presença militar. Estes factos são bem conhecidos, como são, aliás, as profundas repercussões deste desgastante empreendimento na política económica de um dos Estados mais pobres e menos desenvolvidos da Europa.

Embora se possa afirmar certamente que as guerras de libertação das colónias portuguesas africanas contribuíram decisivamente para a queda e eventual derrube da ditadura, deve notar-se que a luta não se desenvolveu de modo idêntico em todos os territórios. Em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe não existiam condições para iniciar uma luta armada. Em Angola, a «jóia» do Império lusitano, o movimento nacionalista encontrava-se em desvantagem — entre outros factores hostis — devido à existência de organizações rivais antagónicas e às sérias divisões internas e clivagens políticas. Em Moçambique, a Frelimo enfrentava também conflitos internos e durante um largo período encontrava-se confinada à sua base do Norte, no Niassa e em Cabo Delgado, adjacente à fronteira com a Tanzânia; só em 1972, após ter repellido o «nó górdio» ofensivo português, lhe foi possível conduzir a guerra para sul e abrir novas frentes na Zambézia e em Tete, ameaçando Cabora Bassa. Na Guiné, contudo, o regime colonial encarava a perspectiva de uma derrota total e de um desastre completo em todas as frentes: militar, política e diplomática. Enquanto, em Angola, o aspecto militar nunca ultrapassou aquilo que era essencialmente uma guerra de desgaste, em Moçambique, a Frelimo disputava fortemente ao controlo português a maioria do território e, na Guiné, o PAIGC, tendo conseguido efectuar com êxito uma «inversão de forças»<sup>2</sup>, iniciara, no período que precedeu o 25 de Abril, aquilo que Giap designara por fase final das guerras de libertação: uma contra-ofensiva generalizada<sup>3</sup>.

Que razões se podem aduzir para explicar o extraordinário sucesso do PAIGC? Os factores históricos e geográficos foram certamente mais favoráveis ao desenvolvimento da luta de libertação na Guiné do que o foram em Angola ou em Moçambique: a maior parte do interior do país era inacessível aos Portugueses, fornecendo um excelente terreno para a guerra de guerrilha, e a independência da Guiné-Conakry (1958) e a do Senegal (1960) proporcionaram ao PAIGC um refúgio seguro a norte, a leste e a sul, bem como valiosas bases tanto para treino militar como para fornecimentos de material bélico<sup>4</sup>, emissões de propaganda, etc.

Graças à hostilidade do ambiente físico e do clima, à falta de recursos naturais e à prolongada resistência das populações indígenas à colonização<sup>5</sup>, os Portugueses nunca conseguiram estabelecer um verdadeiro e extensivo domínio colonizador na Guiné, onde as contradições tribais e de classe

<sup>2</sup> Aquino de Bragança, *Amílcar Cabral*, Lisboa, 1976, p. 15.

<sup>3</sup> Vo Nguyen Giap, *Peoples Army, Peoples War*, Nova Iorque, 1965.

<sup>4</sup> Consistentemente fornecido pela URSS e pelos países socialistas.

<sup>5</sup> Entre 1889 e 1915, os Portugueses estiveram envolvidos numa quase permanente campanha de «pacificação»; a última revolta conhecida contra a colonização (antes das guerrilhas) foi a dos Bijagós, em 1936. Veja-se PAIGC, *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*, Porto, 1974.

eram, porventura, menos pronunciadas do que, por exemplo, em Angola. Todavia, a principal razão do sucesso do PAIGC deve imputar-se à qualidade da sua organização política e da sua liderança e, em particular, às extraordinárias capacidades do seu secretário-geral, Amílcar Cabral.

Fundado em Bissau, em 1956, o PAIGC apoiava-se no elemento assimilado e *déclassé* da população africana. A sua actividade política clandestina em Bissau desencadeou uma repressão violenta por parte das autoridades coloniais, obrigando o movimento a abandonar a área urbana em 1959-60 e a implantar-se no seio das massas camponesas<sup>6</sup>. Esta tarefa não foi de facto fácil. Antes de iniciarem quaisquer acções armadas contra o estado colonial<sup>7</sup>, os militantes do PAIGC levaram cerca de três anos a investigar pacientemente as condições locais, concentrando o seu esforço junto dos grupos étnicos mais susceptíveis de apoiar e sustentar a rebelião, tirando-lhes paulatinamente dúvidas, angariando a sua simpatia e desenvolvendo uma forma de propaganda política que sintetizava, de facto, as razões de queixa do povo, em frases que eram tanto reais como imediatas. «Lembrem-se sempre», disse Cabral, «que o povo não combate por ideias, por coisas que apenas existem na cabeça dos indivíduos. O povo luta e aceita fazer os sacrifícios necessários. Mas fazem-no para obter vantagens materiais, para viver em paz e melhorar as suas vidas, para sentir progresso e para poder garantir um futuro aos seus filhos.»<sup>8</sup> Através de Cabral e dos quadros do PAIGC, as ideias revolucionárias implantaram-se na realidade guineense.

A luta armada na Guiné iniciou-se em 1963, tendo rapidamente alcançado algumas vitórias notáveis. A batalha pelas ilhas Como, nos inícios de 1964 — provavelmente o acontecimento militar mais importante das guerras africanas —, representou um momento decisivo de grande alcance. Durante mais de três meses, o exército português lançou ataques sucessivos sobre as ilhas Como, na tentativa de se assegurar uma base estratégica, a partir da qual pudesse atacar a frente sul do PAIGC<sup>9</sup>. Esta operação foi, todavia, um insucesso, constituindo um sério revés militar e psicológico para o colonialismo português e um enorme reforço para o moral e a determinação do PAIGC. Os efectivos do exército colonial na Guiné foram, subsequentemente, aumentados para um total de 30 000 homens — 30 000 homens armados para controlar uma população «nativa» que não ultrapassava o meio milhão. Mesmo assim, o PAIGC encontrou-se em posição de anunciar em 1966 que controlava dois terços do território nacional e de declarar que a Guiné era «um Estado em desenvolvimento, estando um terço do seu território a ser objecto de uma agressão imperialista, semelhante à que se verifica no Sul do Vietname»<sup>10</sup>.

Nas zonas libertadas do controlo da administração colonial, o PAIGC criou as suas próprias estruturas estatais, o embrião da futura república independente: um eficaz sistema de administração comunal e de justiça popular, o fornecimento, pela primeira vez, de serviços de saúde e de ensino, a criação de uma rede de mercados e de distribuição dos produtos dos

<sup>6</sup> Ver Cabral, «Brief Analysis of the Social Structure in Guinea», in *Revolution in Guinea*, Londres, 1974, pp. 46-60.

<sup>7</sup> Compare-se a acção precipitada pela UPA em Angola em 1961.

<sup>8</sup> Citado por Thomas Henriksen, «Peoples' War in Angola, Mozambique and Guinea-Bissau», in *Journal of Modern African Studies*, 14, 3, 1976, p. 381.

<sup>9</sup> Ver Basil Davidson, *The Liberation of Guiné*, Londres, 1969, p. 100.

<sup>10</sup> Aquino de Bragança, *op. cit.*, p. 15.

camponeses<sup>11</sup>. Deste modo, os habitantes das zonas libertadas «viram as suas vidas melhoradas». Compreendiam, de maneira clara, a razão de ser da sua luta, ainda que nunca tivessem visto um colono ou um soldado português. Por esta razão, e apesar dos bombardeamentos e das atrocidades a que estavam sujeitos, encontravam-se dispostos a continuar a apoiar o movimento de revolta, a participar na sua própria libertação, a construir uma vida nova destituída das dificuldades e dos sofrimentos da guerra.

Os espectaculares sucessos da luta de libertação dirigida pelo PAIGC forçaram o colonialismo português a dar um passo audacioso na Guiné — um passo sem paralelo nas outras colónias, também em guerra, e nem mesmo em Portugal. A nomeação de António de Spínola, em 1968, para o cargo de governador-geral em Bissau representou um desenvolvimento qualitativo na luta. Spínola — ao contrário do seu antecessor, Arnaldo Schultz, e, virtualmente, de toda a hierarquia militar em Lisboa — reconheceu que existia um problema grave naquela pequena e inhóspita «provincia» ocidental portuguesa: a guerra estaria quase militarmente perdida e a completa negligência das autoridades coloniais perante as necessidades e aspirações do povo sob a sua administração nominal tinham fornecido ao PAIGC um campo fértil de recrutamento e uma sólida base de apoio. A estratégia de Spínola, a única realista nas circunstâncias, foi dupla:

- 1) Reforçar o moral e a eficácia do exército colonial, na tentativa de estabelecer um «equilíbrio militar» com as guerrilhas;
- 2) Lançar uma campanha que visava angariar a «simpatia e o empenhamento» do povo guineense, procurando enfrentar as suas principais carências, minando, por essa via, a base política do PAIGC.

A campanha Para Uma Guiné Melhor, gizada por Spínola, constituiu uma tentativa corajosa de liberalização política, de reforma social e de desenvolvimento económico, adquirindo uma dinâmica própria e que, no contexto do colonialismo congenitamente atrasado de Portugal, foi notável nos resultados alcançados. O novo governador saneou os comandos militares de Bissau, rodeou-se de ardentes e idealistas jovens oficiais, que se entregaram à tarefa de investigar as condições de vida do povo da Guiné e de apresentar projectos inovadores para as melhorar. Construíram-se escolas e iniciou-se uma campanha de alfabetização. Organizaram-se cooperativas agrícolas e colocou-se dinheiro à disposição de alguns camponeses agricultores. Efectuaram-se esforços no sentido de iniciar africanos na administração da colónia. Iniciou-se uma forma de consulta popular através dos chamados «congressos do povo». Gastou-se dinheiro, numa escala sem precedentes, em trabalhos públicos (utilizando-se em grande maioria mão-de-obra militar) e num constante rodopio de cerimónias oficiais, festas carnavalescas, nas quais Spínola, rodeado da sua claque, se projectava como salvador paternal do povo guineense, como sincero «anti-imperialista»<sup>12</sup> e instigador de uma verdadeira «revolução social» naquela pequena, empobrecida e insigni-

<sup>11</sup> Ver o relatório da comissão especial das Nações Unidas que em Abril de 1972 visitou as áreas controladas pelo PAIGC.

<sup>12</sup> Spínola descrevia o PAIGC como «agente do imperialismo soviético», o que estava longe de ser verdade, mas que era típico da sua cega paranóia anticomunista.

ficante terra...<sup>13</sup> Entretanto, a guerra continuava e o recrutamento acelerado de soldados africanos elevou para 36 000 o número de homens armados ao serviço do estado colonial — cerca de um soldado por cada quinze habitantes!

O objectivo final da política de «sorrisos e sangue» de Spínola — pelo menos no que se refere à Guiné<sup>14</sup> — era o de forçar o PAIGC a negociar, para conseguir um honroso acordo político que evitasse a humilhação de uma derrota militar total. Acalentava o «sonho louco»<sup>15</sup> de chegar a um acordo com o PAIGC, o qual conduziria à incorporação do pessoal político e militar do movimento no existente aparelho de estado colonial — sob a sua benigna chefia, evidentemente, e tendo à sua direita Cabral, como um dos dois secretários-gerais. Por mais improvável que isto possa parecer, olhando retrospectivamente, estabeleceram-se contactos com o PAIGC, a partir de 1970, por intermédio (e por pressão?) de Leopold Senghor, do Senegal, e conseguiram-se importantes progressos no sentido de ambas as partes se encontrarem frente a frente, em Maio de 1972, com vista à discussão de um plano que contemplava a evolução gradual da Guiné para a «independência» num período de dez anos, no contexto de uma «comunidade luso-africana». Mas Spínola, tal como o PAIGC notara, não era um agente livre. A sua nomeação para Bissau tinha coincidido com a morte política de Salazar e com os primeiros e optimistas meses de abertura política de Caetano em Lisboa, mas, por alturas de 1972, a posição de Caetano no seio da classe politicamente dominante enfraquecera bastante e os planos subtis de Spínola para uma «evolução na diversidade» dos territórios ultramarinos viram-se privados da aprovação por parte dos ultras da linha dura, cuja posição adquiria cada vez mais força. Caetano, provavelmente pressionado, deu instruções a Spínola para cortar todos os contactos com o PAIGC e disse-lhe:

Para a defesa global do ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo o caminho a outras negociações<sup>16</sup>.

Quaisquer conversações directas com o PAIGC iriam reconhecer legitimidade ao movimento, coisa que a ditadura colonial sempre negara às organizações de guerrilha, e iria ter incalculáveis repercussões em Angola e Moçambique. Um contacto ulterior entre Spínola e o PAIGC, em Outubro, foi igualmente abortado pelo Governo<sup>17</sup>. O colonialismo português, como Cabral salientara por diversas vezes, era incapaz de aceitar uma solução neoco-

---

<sup>13</sup> A ironia deste *slogan* não passou despercebida a Amílcar Cabral:

Como sabem, aplicando essa política que nós chamamos de sorriso e sangue, os colonialistas portugueses, pela voz do seu representante máximo na nossa terra, o general Spínola, afirmam agora que vão fazer uma revolução social na nossa terra. Claro que nós achamos que isso tem imensa piada e gostaríamos de ver o general Spínola e os outros chefes colonialistas fazerem uma revolução social em Portugal, ou, pelo menos, falarem de uma revolução social em Portugal. Mas sabem que a nova PIDE, que se chama DGS, metê-los-ia a todos na cadeia. [Entrevista em 1971, reproduzida in *Boletim Anti-Colonial*, n.º 3, Dezembro de 1972.]

<sup>14</sup> Especulou-se que Spínola tencionava utilizar a Guiné como «trampolim» para o poder em Lisboa.

<sup>15</sup> Entrevista com um oficial da *entourage* de Spínola (Setembro, 1980).

<sup>16</sup> Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, 1974, p. 191.

<sup>17</sup> Spínola, *Pais sem Rumo*, 1978?, p. 41. Aparentemente, Amílcar Cabral propusera-se encontrar-se com Spínola em Bissau.

lonial. Spínola estava chocado; toda a sua iniciativa caíra por terra. A vantagem regressara ao PAIGC.

Colocada entre a escolha de uma viragem política e uma «prolongada e inútil agonia»<sup>18</sup>, Lisboa escolheu a última. Mas por quanto tempo se poderia prolongar a agonia?

A seguir ao colapso das negociações, a situação militar na Guiné deteriorou-se numa «progressão geométrica»<sup>19</sup>. O trágico assassinato de Amílcar Cabral, em Conakry, em Janeiro de 1973, poderia ter sido uma última e desesperada cartada de Spínola<sup>20</sup>. Se tivesse sido, teria falhado. Depois de um curto período de confusa desorientação, o PAIGC ripostou com uma força maior que nunca durante a estação seca, de Março a Junho de 1973, infligindo baixas excepcionalmente pesadas ao exército colonial, forçando-o a recuar firmemente para uma posição defensiva. Os postos avançados militares portugueses encontravam-se isolados em território hostil, as cidades cercadas e sujeitas a ataques-surpresa. Também no ar as forças portuguesas perderam vantagem, pois o PAIGC complementava a sua artilharia convencional antiaérea com disparos de mísseis terra-ar *Stella* — cujos efeitos eram devastadores<sup>21</sup>.

E mais: preparavam-se ainda para utilizar caças *Mig* na luta pelo controlo do espaço aéreo da Guiné<sup>22</sup>. A esperança de alcançar um «equilíbrio» militar era já nula — as forças coloniais, agora de costas voltadas para o mar, encontravam-se num processo de rápida desintegração...

Um dos últimos actos de Amílcar Cabral foi anunciar que se organizariam eleições para uma Assembleia Nacional Popular nas zonas libertadas, o que aconteceu de facto no Verão de 1973. Na sua sessão inaugural, em Medina do Boé, em 24 de Setembro, a Assembleia proclamou solenemente a independência da nova República da Guiné-Bissau, que em finais de Outubro já era reconhecida por cerca de 70 Estados soberanos. Em Novembro, as Nações Unidas, que tinham já reconhecido o PAIGC como «o único e autêntico representante do povo da Guiné»<sup>23</sup>, convidaram Portugal a pôr termo à sua «ocupação ilegal» na República e a «retirar imediatamente as suas tropas»<sup>24</sup>.

A derrota do colonialismo português na Guiné foi total — uma derrota em todas as frentes: militar, política e diplomática. Todas as iniciativas suplementares se apresentavam agora inviáveis no contexto do regime vigente

<sup>18</sup> Carta de Spínola a Caetano, datada de 28 de Maio de 1972 e reproduzida por Spínola, *op. cit.*, p. 32.

<sup>19</sup> *Pais sem Rumo*, p. 36.

<sup>20</sup> Se bem que na altura se admitisse isto, não existem, na verdade, provas de que Spínola estivesse por detrás do assassinato. Acontecimentos subsequentes em Bissau (golpe anticaboverdiano de 14 de Novembro de 1980) sugerem que se possa ter tratado de uma conspiração predominantemente interna, motivada por questões de nacionalismo exclusivamente negro. A tentativa de golpe de Niro Alves, em Maio de 1977, em Luanda, demonstra a existência de um problema similar em Angola. É possível, ainda assim, que Spínola estivesse de certo modo envolvido, mas, se o esteve, foi provavelmente sem o conhecimento dos seus subordinados imediatos, muitos dos quais tinham, entretanto, adquirido uma sincera admiração e respeito por Cabral. (entrevista, 1980.)

<sup>21</sup> Ver Spínola, *op. cit.*, p. 53. Ver também Bettencourt Rodrigues in Silvino Silvério Marques, *A Vitória Traída*, Braga e Lisboa, 1977, p. 127. Um documento clandestino intitulado *A Situação Política e Militar na Guiné*, e que circulou entre os oficiais milicianos antes do 25 de Abril, dizia que, na sequência do abate de uma série de jactos *Fiat* e de helicópteros pelo PAIGC, muitos pilotos se recusavam a voar em mais missões, mesmo que fosse para evacuar camaradas feridos, a menos que lhes fossem garantidas condições de segurança.

<sup>22</sup> Rodrigues, Borge e Cardoso, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, Lisboa, 1975, p. 254.

<sup>23</sup> *Keesings Contemporary Archives*, 1973, p. 26 088.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 26 196.

em Lisboa. O grande paradoxo, a grande ironia da situação era a de que, em termos estritamente económicos ou estratégicos, a Guiné se revestia de uma importância mínima para Portugal e para os seus parceiros da NATO<sup>25</sup>. Era dispensável. E mais: os militares e o material bélico da Guiné podiam ter sido reempregues utilmente em Moçambique, onde a guerra se tornava cada vez mais acesa<sup>26</sup>. Mas uma retirada militar — uma confissão de derrota infligida por alguém a quem os relatórios oficiais sempre tinham designado como um mero punhado de terroristas operando através da fronteira — era impensável. O impacto no moral das forças armadas estacionadas nas outras colónias teria sido desastroso: uma derrota na Guiné teria desencadeado um efeito de «dominó» em todo o Império<sup>27</sup>. Mas mais do que isso: qualquer forma de concessão política ou de «economia do pessoal militar» constituía um puro anátema para os ultras do regime, para quem Portugal seria sempre «uma nação indivisível, desde o Minho até Timor». Nenhuma amputação ou cisão seria consentida, fossem quais fossem as circunstâncias. Como dissera Salazar, «A Pátria não se discute, defende-se!».

Assim, os opressores — e não era a primeira vez<sup>28</sup> — enganavam-se a si mesmos com a sua própria propaganda, através da ideia que faziam da sua superioridade cultural (e de raça), incapazes de aceitar a hipótese de uma derrota vinda de um punhado de «comunistas negros», acantonados num pequeno atoleiro. Uma carta que Spínola dirigiu ao ministro do Ultramar, Silva Cunha, em Maio de 1973, avisando-o da «contingência do colapso militar»<sup>29</sup>, não obteve qualquer resposta. O aparelho de propaganda colonialista continuou com o mesmo disco, anestesiado pela sua própria mitologia. Numa visita a Bissau, em 20 de Janeiro de 1974, o novo ministro do Ultramar, Rebelo de Sousa, declarou tranquilamente:

Notwithstanding the continued vigilance and response to which we are obliged in order to defend ourselves from the criminal raids which appear to have acquired rights of legitimacy in our present day world, life in Portuguese Guinea proceeds, at an accelerated pace, towards the goals of economic and social progress in view.

This is going on in a territory that is free from north to south, and from east to west, amid the peaceful intermingling of the population [...] <sup>30</sup>.

---

<sup>25</sup> É curioso notar que algumas das mais violentas guerras de libertação colonial se deram em territórios de exíguo significado para a economia colonial; os mecanismos do imperialismo não são redutíveis a uma mera equação económica.

<sup>26</sup> Ameaçando, pela primeira vez, os principais centros populacionais, as áreas de desenvolvimento industrial e a produção agrícola em grande escala. Ver Silvério Marques, *op. cit.*, p. 258.

<sup>27</sup> Na «Assembleia» fascista de Lisboa, o deputado pela Guiné, um tal Gardete Correia, colocou o problema nos seguintes termos:

[...] o fulcro, a mola mestra de toda a guerra do ultramar assenta na Guiné Portuguesa e, uma vez perdida esta, Portugal jamais poderá pensar em defender e manter as restantes províncias ultramarinas. [Citado num artigo de Augusto de Carvalho no *Expresso* de 28 de Dezembro de 1974.]

<sup>28</sup> Compare-se, por exemplo, o enorme choque para os colonos brancos e para o Governo da Rodésia — e para o britânico! — quando o partido ZANU-PF, de Robert Mugabe, arrebatou uma esmagadora vitória nas eleições para a independência do Zimbabwe, em Fevereiro de 1980.

<sup>29</sup> Spínola, *op. cit.*, p. 57.

<sup>30</sup> Citado em Horácio Caio, *Portuguese Guinea '74: vigilance & response*, Lisboa, s. d., p. 5 (tradução original).

Nos quartéis, os militares devem ter abanado a cabeça, não podendo acreditar no que ouviam... Em Março, a ofensiva do PAIGC recomeçou com uma intensidade ainda maior e começaram a circular rumores que diziam que as forças de guerrilha planeavam atacar a própria Bissau a 29 de Abril...<sup>31</sup>

## II. DE BISSAU PARA LISBOA

Quando as notícias sobre o golpe de Lisboa chegaram ao quartel-general do PAIGC em Conakry, foi um pandemónio: os militantes do Partido e os guerrilheiros riam-se, gritavam, abraçavam-se, pulavam — «Vês? Ganhámos! Destruímos o fascismo português [...] é graças a nós que o povo português é hoje livre!»<sup>32</sup> A euforia momentânea dos militantes do PAIGC traduzia a essência da realidade histórica: a Guiné era o frágil elo da cadeia colonial de Portugal e o regime de Lisboa não poderia sobreviver a uma derrota em África. A ditadura colonial fora incapaz de oferecer qualquer espécie de solução para o problema da Guiné. Presa numa teia de contradições criada pelos seus próprios mitos e ideologia, mostrara-se incapaz de tolerar qualquer espécie de concessão política. As forças armadas no terreno, desalentadas pela sabotagem do Governo no tocante aos seus esforços para alcançar, através de negociações, o fim da guerra com o PAIGC, conscientes de que a situação militar se deteriorava rapidamente e perseguidas pela lembrança de Goa<sup>33</sup>, viram-se perante uma única alternativa: ou se transformavam no bode expiatório da *débaçle* militar, que tinham tentado evitar a todo o custo, ou derrubavam o Governo. As raízes da insurreição militar que culminou no 25 de Abril tinham sido lançadas nos pântanos inóspitos e nas savanas da Guiné...

A história da revolta das forças armadas, a formação do Movimento dos Capitães e os acontecimentos que conduziam ao golpe foram relatados diversas vezes, pelo que não se justificaria voltar a repeti-los aqui<sup>34</sup>. O que importa salientar é que foi na *Guiné* que aquela revolta foi concebida, inspirada e organizada. Não obstante poderem detectar-se, ao fim de treze anos de guerra, em todos os teatros de operações, sinais de desmoralização e de cansaço nas forças armadas, era na Guiné que esse sentimento se encontrava mais generalizado e se exprimia abertamente — especialmente após a quebra dos contactos com o PAIGC, em 1972. Os oficiais, tanto os do quadro permanente, como os do quadro complementar, começaram, pois, a reunir-se, quer na messe, quer a pretexto de um jogo de brídege, para discutir as suas condições e situações pessoais, as perspectivas da guerra, as razões da luta, os objectivos do PAIGC e as necessidades dos povos guineense e português. Tais contactos e trocas de pontos de vista foram possíveis na Guiné porque Spínola fingia ignorá-los. Em Angola, Moçambique e até mesmo em Portugal, quaisquer dúvidas que os oficiais pudessem ter em relação ao esforço de guerra tinham de ser expressas de modo mais furtivo. Em Bissau, o próprio

<sup>31</sup> Entrevista com ex-militares, publicada em *Gazeta da Semana*, n.º 4, de 22-28 de Abril de 1976.

<sup>32</sup> Jack Bourderie em *Afrique-Asie*, de 13 de Maio de 1974; citado no *Expresso* de 5 de Abril de 1975.

<sup>33</sup> Em Dezembro de 1961, cerca de 30 000 soldados indianos invadiram o enclave português de Goa; a pequena guarnição militar, seguindo as instruções do governador-geral, rendeu-se e foi, subsequentemente, caluniada e exposta ao vilipêndio público, por Salazar e pelas autoridades de Lisboa, pela sua «traição».

<sup>34</sup> O melhor relato continua a ser o de Rodrigues *et al.* (1975), *op. cit.*

governador-geral criticava e ridicularizava o Governo e a sua política. A PIDE/DGS estava em má posição para esmagar o surto de dissidentes. Nos quartéis circulavam publicações clandestinas. Tramavam-se conspirações. A petição denunciando os objectivos dos ultras no Congresso dos Combatentes, em Maio de 1973 — o primeiro sinal de revolta —, foi organizada por oficiais da Guiné. E, em Julho, a reacção dos militares na Guiné perante o «decreto Rebelo» não se limitava a queixas profissionais, encontrando-se antes claramente ligada aos problemas suscitados pela guerra<sup>35</sup>. O surto de rebelião militar na Guiné era manifestamente político: a participação nos programas de acção cívica patrocinados por Spínola e nas campanhas de acção psicologia por ele encenadas, a influência da propaganda do PAIGC e dos escritos de Cabral e a simples reflexão sobre a realidade guineense ajudaram a forjar uma consciência que ultrapassava a dos oficiais das restantes zonas onde também havia guerra. Já em 1972-73, alguns oficiais em serviço na Guiné haviam chegado à conclusão de que a única saída possível era a de um levantamento militar contra o Governo<sup>36</sup>. Chegou mesmo a aventar-se a hipótese de se fazer o 25 de Abril em Bissau<sup>37</sup>. A situação militar na Guiné era, ao fim e ao cabo, muito má, e não há nada como a perspectiva de uma iminente e ignominiosa derrota para fazer convergir os espíritos e os corpos na acção...

A seguir ao regresso de Spínola a Lisboa, «por razões de saúde», em Agosto de 1973, o moral das forças armadas na Guiné decaiu vertiginosamente. Nessa altura, a presença portuguesa na maior parte do território era puramente nominal: as guarnições militares estavam sitiadas, rodeadas por minas, sujeitas a bombardeamentos de artilharia durante a noite e cada vez mais dependentes de precários abastecimentos aéreos. Nalgumas zonas conseguiram fazer-se acordos com os comandantes da guerrilha local no sentido de permitir aos Portugueses fazer saídas ocasionais dos seus aquartelamentos fortificados para arranjar alimentos, bebidas e remédios. Não era a coragem que lhes faltava, mas antes a disposição para se deixarem morrer ou ficar estropiados numa guerra que claramente se apresentava destituída de esperanças<sup>38</sup>. E porque o haveriam de fazer? Em nome de decrépitos gerais de gabinete que vegetavam lucrativamente nos seus gabinetes com ar condicionado em Lisboa? Espalhou-se então a ideia, entre os militares estacionados na Guiné, de que os seus verdadeiros inimigos não eram os guerrilheiros do mato, mas antes os políticos e os militares de alta patente instalados na metrópole. Se a honra do Exército não devia ser manchada pela derrota, impunha-se correr com *eles*. Mas como?

A estratégia apoiada por Spínola e pelos seus confidentes consistia na encenação de um *golpe palaciano* — assegurando o controlo dos postos-

<sup>35</sup> *Op. cit.*, pp. 255-257.

<sup>36</sup> *Op. cit.*, p. 250.

<sup>37</sup> *Expresso* de 31 de Agosto de 1974.

<sup>38</sup> Deve notar-se que, nos finais da guerra, muitas unidades do exército português na Guiné eram comandadas por oficiais milicianos, cujo treino militar e experiência de combate eram limitados; a sua atitude geral perante a guerra pode ser descrita como a de uma cínica autopreservação. Os oficiais de carreira que tinham ficado na Guiné encontravam-se, na sua maior parte, em posições de comando em Bissau, ou à frente de companhias compostas por africanos (entrevista). Nos inícios de 1974, as companhias africanas representavam mais de 50% das forças efectivas do exército colonial (Silvério Marques, *op. cit.*, p. 130) e eram utilizadas na maior parte das missões de combate; a sua vontade de continuar a ajudar a derramar o sangue dos seus irmãos de raça... era cada vez mais duvidosa (Rodrigues *et al. op. cit.*, p. 254). O documento dos milicianos já citado referia-se às deserções de soldados africanos que se passavam com as suas armas para o lado do PAIGC.

-chave no aparelho de Estado, afastando os opositores e reformando o regime a partir de dentro<sup>39</sup>. Os meios de comunicação social, os Serviços de Censura e até mesmo a PIDE econtravam-se infiltrados<sup>40</sup>. Os oficiais spinolistas regressados da Guiné, após a sua comissão de serviço, começaram a «infiltrar-se» no comando de Lisboa e, em Janeiro de 1974, o próprio Spínola conseguiu a sua nomeação para o cargo de vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, então chefiado pelo general Costa Gomes. Todavia, o Governo não desconhecia os planos conspiratórios e agiu de molde a impedir que Spínola colocasse qualquer das suas «pedras» em posições-chave. Spínola nada podia fazer. Por outro lado, não possuía uma organização. Compreendendo a ingenuidade das suas manobras, decidiu — mesmo antes da sua demissão, em Março de 1974 — compartilhar da sorte dos capitães que estavam, por essa altura, decididos a depor o Governo através de um levantamento militar<sup>41</sup>. A estratégia legalista de Spínola foi abandonada: «Vamos desistir disso», disse ele a um oficial, «e vamos aos tiros.»<sup>42</sup>

O 25 de Abril representa a confluência de duas correntes de dissidência dentro das forças armadas — uma associada a Spínola e a outra ao Movimento dos Capitães —, mas ambas mergulham as suas raízes em Bissau. A necessidade de impor uma solução que fosse *política*, e não militar, para o problema das guerras coloniais reuniu-os para derrubar um regime ditatorial que oprimira o povo português durante cinquenta anos. Mas que tipo de solução política? Nos meses que precederam o golpe, a linha de divergência entre estas duas «correntes» apresentava-se, por vezes, obscura e mal definida, girando, a maior parte das vezes, em torno de questões táticas e do modo de derrubar o antigo regime. Mas essa linha existia realmente, chegando mesmo a revelar-se na luta pelo controlo político e militar das comissões encarregues de preparar o levantamento, nas recriminações relativas à responsabilidade pelo levantamento das Caldas, em Março, e, por último, de um modo mais notório, no desacordo relativo ao texto do programa político do MFA, que iria constituir como que uma pedra de toque para o novo regime.

A reputação pessoal de Spínola era tal, que conseguiu ver aprovadas as alterações que propusera para o programa e, à última hora, depois de receber a rendição de Caetano, no Quartel do Carmo, os capitães pediram-lhe que chefiasse a nova Junta Militar — a Junta de Salvação Militar. A Junta, os órgãos do Estado e até o próprio MFA eram dominados pelos spinolistas. O novo presidente, na sua alocução à Nação às primeiras horas da manhã do dia 26 de Abril, falou, ominosamente, em «garantir a sobrevivência da Nação soberana na sua integridade pluricontinental». Existiam, na realidade, escassos motivos para optimismo entre os chefes das guerrilhas nas colónias. Suceder-se-ia um «colonialismo de fachada democrática»?

Assim, as guerras prosseguiram, e foram precisamente a questão relativa ao *modo* de se encontrar um fim honroso para as mesmas, a questão da *natureza* da solução política e a questão da *descolonização* que fizeram com

---

<sup>39</sup> A estratégia fora inicialmente concebida em 1972, quando Spínola havia sido convidado por Sá Carneiro e pela «oposição leal» para se apresentar como candidato da ANP contra Tomás nas eleições presidenciais de Outubro. Spínola, com a colaboração de Marelo ou não, poderia então levar a cabo uma purga no Governo e nos comandos militares. Na circunstância, Spínola não aceitou. O plano era uma reminiscência do pensamento que norteou a campanha eleitoral de Delgado em 1958 («Obviamente, demito-o»).

<sup>40</sup> Rodrigues *et al.*, *op. cit.*, p. 259.

<sup>41</sup> Discutido pela primeira vez, no encontro de Óbidos, em 10 de Dezembro de 1973, mas apenas acordado em Cascais, em 5 de Março de 1974.

<sup>42</sup> Entrevista com um oficial em Abril de 1981.

que se manifestassem e clarificassem as divergências entre Spínola e os oficiais do MFA ligados à Comissão Política do Movimento (que mais tarde daria origem à Comissão Coordenadora do Programa do MFA). Estas diferenças polarizaram-se em torno de duas opções distintas: uma delas defendia uma solução neocolonial para os territórios africanos, a formação de um estado federal que permitisse aos mesmos uma evolução gradual para a «autonomia» administrativa no quadro de uma comunidade luso-africana; a outra advogava o reconhecimento inequívoco do direito dos povos colonizados à independência total e a entrega directa do poder aos movimentos de libertação, sob cuja direcção se processara a luta anticolonial. A questão colonial, que antes do 25 de Abril unira os militares rebeldes, tornou-se, deste modo, após a tomada do poder, o ponto fundamental e explosivo da divisão e clivagem no novo regime.

O projecto de Spínola, desenvolvido a partir da teoria e da prática do seu governo na Guiné, preconizava a criação de uma *comunidade lusiada*, uma federação de estados semi-autónomos unidos por uma língua comum e por interesses económicos «complementares»<sup>43</sup>. Era um projecto apoiado pelos principais grupos monopolistas portugueses (Melo, Champalimaud, etc.), por multinacionais que operavam em Angola e Moçambique, pelos Estados Unidos<sup>44</sup> e ainda pela maioria dos governos ocidentais. Mas o próprio Spínola estava consciente de que era já, provavelmente, tarde<sup>45</sup>: a incapacidade de o regime colonial fornecer oportunidades, ainda que limitadas, para o progresso social ou conceder a duvidosa vantagem da cidadania portuguesa ao que não passava de um irrisório punhado de africanos assimilados destruiu fatalmente a possibilidade de uma solução neocolonial bem sucedida para o problema do ultramar. Spínola percebeu que a única esperança de evitar o reconhecimento total da independência sob a égide dos movimentos de guerrilha consistia em tentar atrasar ao máximo o processo de descolonização, de forma a dar tempo a que se criassem e organizassem forças políticas fora da órbita das organizações de libertação, a que se preparassem quadros africanos para assumir a gestão da indústria e do Governo e a que se criasse um programa de investimento acelerado e de desenvolvimento económico que lançasse as bases sociais para a preservação da dependência e exploração colonial através de uma nova fachada negra. Segundo os argumentos de Spínola, os povos africanos eram ainda politicamente imaturos e não estavam preparados para assumir a independência completa; Portugal, como sempre, conduzi-los-ia, benignamente, a uma forma gradual de autogoverno no quadro de uma comunidade luso-afro-brasileira, na qual os direitos de propriedade dos colonos e os interesses capitalistas seriam devidamente protegidos. Com este objectivo, Spínola propôs, em nome do regime de Lisboa, que se realizassem referendos nos territórios coloniais, de forma a saber se as pessoas queriam preservar os seus laços com a metrópole, tornando-se membros da comunidade lusiada, ou não. Permitir-se-ia, no período anterior aos referendos, a expressão de todas as opiniões políticas, devendo, todavia, a livre participação dos movimentos de guerrilha obedecer a um re-

---

<sup>43</sup> Para um relato detalhado das ideias de Spínola — que representavam a alternativa —, preferida para os capitais portugueses e estrangeiros, veja-se o seu célebre livro *Portugal e o Futuro*, Lisboa, 1974.

<sup>44</sup> Expresso por Nixon num encontro tido com Spínola nos Açores em 19 de Junho de 1974.

<sup>45</sup> Spínola, *Pais sem Rumo*, p. 250. «Um atraso de mais de treze anos», segundo Melo Antunes em entrevista publicada no jornal *Expresso* de 17 de Fevereiro de 1979.

quisito prévio, o de abandonar a luta armada. A consecução do cessar fogo tornou-se, deste modo, um dos objectivos principais de Spínola e de todos os interessados que — tanto dentro como fora do País — apostaram nele.

A reacção imediata dos movimentos de libertação a estas propostas foi negativa: a luta armada prosseguiria até que Portugal reconhecesse o direito inalienável dos povos colonizados à independência total e o direito de determinar o seu próprio destino. Rejeitaram a ideia de que Portugal, a potência colonial, pudesse conduzir o processo de descolonização que eles próprios tinham desencadeado. Além disso, as propostas de Spínola nem sequer ofereciam uma base viável de negociação: eram vagas, equívocas e destituídas de quaisquer garantias<sup>46</sup>. Qual seria a duração do processo de evolução para o «autogoverno»? O que é que isto significava concretamente? Quando se realizariam os referendos? Quem fiscalizaria a votação? Quem poderia votar? E que garantias seriam dadas aos guerrilheiros que concordassem em depor as armas e respeitar o cessar fogo? Desmobilizariam também o exército colonial, confinando-o aos quartéis? Ou seria que os referendos se iriam realizar sob a ponta das armas das forças de ocupação e sob os olhares atentos da polícia secreta? Que acesso teriam os movimentos de libertação aos meios de comunicação social controlados pelo estado colonial e pelos interesses dos colonos? Por que razão haveriam os movimentos cuja legitimidade fora conquistada nos campos de batalha, através de uma luta revolucionária, de participar num processo eleitoral organizado pelos seus antigos opressores e senhores, fazendo uma campanha lado a lado com grupos «fantes» sem representatividade, formados à pressa e cuja contribuição na luta pela independência fora nula?

Em 2 de Maio, Agostinho Neto declarou:

Rejeitamos as conclusões do general Spínola. Nenhum movimento de libertação poderá alguma vez aceitar o projecto de federação dos territórios africanos com Portugal. Fomos colonizados desde 1482 e isso chega. Queremos a nossa independência completa. A nossa esperança reside no Povo Português, que, depois de ter sofrido durante mais de quarenta anos, deve obrigar a Junta a uma atitude democrática e realista. Combatemos o sistema, mas não lutamos contra o Povo Português<sup>47</sup>.

As esperanças de Neto não eram infundadas. É importante salientar que o projecto de Spínola para as colónias se encontrava extremamente dependente tanto da manutenção do moral e da disciplina nas forças armadas, como da ordem e da estabilidade na metrópole. Foi com um certo alívio que Caetano se rendeu a Spínola, no Quartel do Carmo, em 25 de Abril, pois tinha a convicção de que este não era homem para abandonar o ultramar e que seria capaz de evitar que em Portugal o «poder caísse na rua». Mas, até mesmo Spínola, apesar da sua enorme popularidade e da força aparente da sua posição inicial dentro do novo regime, foi incapaz de impedir que tal acontecesse. O povo português, intimidado e oprimido durante tantos anos, *saiu* para as ruas com júbilo e espírito de desforra assim que a oportunidade de mudança se lhe deparou. A válvula de compressão fora retirada. Na própria tarde de 25 de Abril, o golpe deu origem a uma revolução, a uma explo-

<sup>46</sup> Comparem-se os detalhes tortuosos e intrincados do acordo final, assinado na Lancaster House, em Londres, e relativo à independência do Zimbabwe (Dezembro de 1980).

<sup>47</sup> Citando em Orlando Neves (org.), *Diário de Uma Revolução*, vol. 1, Lisboa, 1978, p. 258.

são popular que radicalizou profundamente a natureza e o alcance da transformação política que se seguiu em Portugal, que pôs em causa totalmente as bases da sociedade capitalista autoritária criada por Salazar, desestabilizando por completo o Estado Português. As propostas do novo Governo para uma reforma social moderada e uma renovação política<sup>48</sup> — à semelhança das propostas para uma evolução gradual nas colónias — assumiam um carácter demasiado insignificante para um povo que esperara tanto tempo e que exigia lhe fossem concedidos imediatamente salários e condições adequados, além de direitos democráticos. A situação tornou-se, deste modo, cada vez mais instável: «Enfim, estava criada uma situação anárquica de ausência de lei e de carência de autoridade em que cada um ditava a sua própria lei.»<sup>49</sup> Spínola estava confuso, incapaz de dedicar a necessária atenção à implementação dos seus planos para África, dispondo de uma insuficiente experiência política e de um escasso apoio organizado para travar uma batalha em quatro frentes. Deste modo, o movimento popular e revolucionário em Portugal, ao lutar pelos seus próprios objectivos, contribuiu decisivamente para a luta de independência das colónias africanas — luta essa que, por sua vez, havia tornado possível, antes de qualquer outro factor, o desenvolvimento daquele movimento.

O núcleo político do MFA, ao realizar o golpe de 25 de Abril em nome do povo, foi-se identificando com os objectivos do movimento popular, radicalizando-se cada vez mais. A aliança com Spínola tinha sido uma questão de convergência táctica, um fenómeno puramente conjuntural, que dificilmente escondia a absoluta e irremediável contradição existente entre os objectivos políticos, as opções e as forças de classe que representavam ou que passaram a representar. As concordâncias relativas à necessidade de uma solução política para as guerras, de afastar o Governo do poder, de forma a possibilitar um acordo em África, de governar com consenso do povo<sup>50</sup> e de elaborar um programa de reforma favorável aos grupos socialmente desprivilegiados constituíram pontos de contacto superficiais que encobriram todas as divergências de interpretações conflituosas tocantes à natureza destas mudanças e ao modo de as pôr em prática. No período que se seguiu ao 25 de Abril, estes conflitos, que até aí tinham permanecido ocultos, irromperam de um modo implacável. Enquanto a descolonização permaneceu como questão de fundo, o MFA chocou-se também frontalmente com Spínola sobre a amplitude que deveriam atingir os saneamentos dos apoiantes do antigo regime, nas forças armadas e no aparelho de Estado, e sobre a natureza do regime democrático que deveria substituir as defuntas estruturas do Estado Novo. A maioria dos activos oficiais do MFA (incluindo alguns anteriormente tidos como spinolistas) sentiam-se descontentes com as ideias de Spínola relativas a uma forma de governo estritamente controlada e excessivamente autoritária, não confiavam nos seus aliados políticos<sup>51</sup> e encontravam-se

<sup>48</sup> Veja-se o programa do Primeiro Governo Provisório (Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio).

<sup>49</sup> Spínola, *op. cit.*, p. 189.

<sup>50</sup> A afirmação de Spínola na Guiné teve grande influência:

[...] não há outra maneira de resolver os problemas nem de governar os povos senão a democracia.  
[Citado por Reis, *op. cit.*, p. 261.]

<sup>51</sup> Principalmente os que formavam a «oposição leal» na Assembleia no período da *abertura* de Marcelo Caetano e que agora se congregavam em torno do PPD de Sá Carneiro. E Spínola viria, mais tarde, a juntar-se a gente muito mais duvidosa e desonrosa...

profundamente ressentidos com os seus modos arbitrários e despóticos<sup>52</sup>. Mas, mais do que isso, a maioria acreditava sinceramente que seria impossível implantar um regime democrático em Portugal enquanto se mantivesse qualquer espécie de relação colonial com África: «Uma nação jamais poderá ser livre enquanto escravizar outra» tornou-se o seu lema político. A luta pela descolonização e pela democratização avançou paralelamente, aliando-se o próprio MFA objectivamente às organizações de libertação africanas e ao movimento popular em Portugal, em confronto total com Spínola e com os seus aliados reaccionários e imperialistas. Qualquer vitória alcançada por um dos lados numa das frentes de luta tinha repercussões imediatas para outro.

Assim, o destino da revolução democrática em Portugal e o avanço das revoluções nacionais em África tornaram-se intrinsecamente entrelaçados... e foi a situação na Guiné que definiu uma linha clara entre as duas interpretações divergentes do 25 de Abril, a Guiné onde os sonhos messiânicos de Spínola à medida que o exército colonial se desintegrava, foram, uma vez mais, esmagados sem qualquer cerimónia.

### III. NEGOCIAÇÃO E CONFRATERNIZAÇÃO

Embora, na metrópole, a intervenção popular tivesse assegurado profundas e imediatas repercussões para o 25 de Abril, as transformações ocorridas em Lisboa não provocaram alterações súbitas na maior parte do disperso Império Português. Enquanto, em Lisboa, a Junta foi compelida a desmobilizar e a prender os agentes da odiada PIDE/DGS, nas colónias esta foi simplesmente reorganizada sob um nome diferente. Os governadores-gerais foram temporariamente substituídos pelos seus secretários-gerais e o aparelho de estado colonial continuou a funcionar praticamente como antes<sup>53</sup>. As forças armadas continuaram a efectuar «operações defensivas». Em Bissau, contudo, a mudança foi imediata e abrupta. Em 26 de Abril, na sequência das notícias vindas de Lisboa, militares locais rebeldes efectuaram o seu próprio golpe: pegaram no governador-geral, Bettencourt Rodrigues, e em vários colaboradores seus e despacharam-nos imediatamente para a capital<sup>54</sup> (bem como outros elementos «que não se quiseram adaptar» à nova situação). A PIDE foi dissolvida e os presos políticos foram libertados. Em Bissau, o MFA colocou-se firmemente no comando...

A reacção inicial do PAIGC às notícias do golpe de 25 de Abril foi a de saudar, mas, perante as primeiras declarações dimanadas da Junta, declarou que a luta armada prosseguiria. Num inequívoco comunicado emanado do Comité Executivo de Luta, datado de 6 de Maio (embora, segundo parece, apenas divulgado mais tarde, em Argel), o PAIGC insistia em duas conclusões para o início das negociações com o novo Governo da metrópole:

---

<sup>52</sup> «Era presidente da República Portuguesa, mas agia ainda como se fosse governador da Guiné-Bissau!» [Mário Soares, *Portugal: Que Revolução?*, Lisboa, 1976, p. 35.]

<sup>53</sup> Especialmente em Angola, onde Soares Carneiro, o secretário-geral do governo colonial, assumiu o controlo, sendo substituído em 11 de Junho por Silvino Silvério Marques, um homem de ideias ultra e que fora governador em Luanda entre 1962 e 1966. Diz-se que o 25 de Abril apenas chegou a sério a Angola em Agosto, com a retirada de Silvério Marques e a nomeação de Rosa Coutinho para chefe de uma Junta Governativa Militar.

<sup>54</sup> *Boletim do MFA*, n.º 21, de 17 de Junho de 1975.

1. Reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito à autodeterminação e à independência para o seu povo e para o povo de Cabo Verde;
2. Reconhecimento dos mesmos direitos aos povos dos outros territórios portugueses em África.

O mesmo comunicado exigia ainda a cessação de todas as operações militares e «actos de agressão contra o povo», bem como o reagrupamento de todas as «forças de ocupação» nos seus postos de comando, como condições prévias para aceitação de um cessar fogo e para o início de «conversações» com o lado português<sup>55</sup>. O exército colonial mostrava-se, todavia, com pouca vontade de procurar confrontos com as forças de guerrilha e, de facto, no decurso do mês de Maio, à medida que se avizinhava o fim da estação seca, a luta militar efectivamente cessou. A nova administração militar em Bissau, nitidamente empenhada num corte com o passado colonial, parecia ansiosa em alcançar um acordo com o PAIGC. Alguns oficiais rebeldes pareciam, na verdade, simpatizar abertamente com os objectivos do movimento de libertação. Talvez por isso, e provavelmente também devido às informações acerca da composição e do equilíbrio de poder dentro do novo regime de Lisboa, ou por pressões feitas por Senghor e por outros líderes africanos, ou muito simplesmente como um empreendimento táctico, o PAIGC anunciou, em 13 de Maio, que se encontrava pronto para entrar em negociações com os representantes portugueses, «com ou sem cessar fogo», tendo em vista «a libertação total do nosso povo»<sup>56</sup>. Mário Soares, imediatamente após ter sido empossado no cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros do Primeiro Governo Provisório, em 16 de Maio, voou directamente para Dacar para efectuar conversações com Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC, em resultado das quais se anunciou que negociações bilaterais teriam início em 25 de Maio, em Londres<sup>57</sup>.

Da delegação portuguesa às conversações de Londres faziam parte Mário Soares e Jorge Campinos, ambos membros do Partido Socialista e bem conhecidos pela sua oposição às guerras coloniais e ao colonialismo, Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, e Almeida Bruno, representante das forças armadas e confidente de Spínola. O encontro com a delegação do PAIGC foi cordial e amigável, um encontro simbólico entre aliados na luta contra a ditadura colonial. A identidade de pontos de vista, das duas partes, acrescida do conhecimento de que o cessar fogo se tornava uma realidade de facto no território da Guiné, fez aumentar a esperança de um rápido acordo. Mas as conversações foram interrompidas ao fim do primeiro dia. A delegação portuguesa, apesar da sua boa vontade, estava coarcada pelas declarações da Junta e pelo programa do Governo de Lisboa. Não tinha margem de manobra. O PAIGC, sentindo a força da sua posição, reiterou a fidelidade aos princípios expostos no seu comunicado de 6 de Maio. Soares e Almeida Bruno regressaram a Lisboa para consultar o seu presidente. Mas Spínola, tal como o PAIGC, sabia perfeitamente que as condições de um acordo na Guiné abririam um claro precedente para as restantes colónias, onde estavam em jogo interesses económicos vitais e o futuro de consideráveis comunidades de colonos, pelo que recusou qualquer espécie de con-

<sup>55</sup> Afonso Praça *et al.*, *25 de Abril*, Lisboa, 1974, pp. 61-62.

<sup>56</sup> *Keesings Contemporary Archives*, 1974, p. 26 747.

<sup>57</sup> *O Jornal* de 25 de Abril de 1980.

cessão. Soares regressou sozinho a Londres<sup>58</sup>. As conversações reiniciaram-se em 30 de Maio e voltaram novamente a ser abruptamente interrompidas.

No seguimento de novos contactos entre Soares e Senghor, em Paris, as conversações foram retomadas em 13 de Junho em Argel, sem que contudo se tivesse alcançado um acordo: o PAIGC insistia no pedido de reconhecimento da sua independência, os Portugueses insistiam na necessidade de um referendo. O PAIGC mostrava-se inflexível: por que razão haveriam de aceitar uma «consulta popular» sobre o futuro da Guiné, organizada pelos seus inimigos de outrora, quando já tinham eleito uma Assembleia Nacional, declarado a sua independência e sido reconhecidos como Estado soberano por 82 países?<sup>59</sup> Spínola enganava-se a si próprio ao pensar que seria possível manter a iniciativa na Guiné, quando, na verdade, há muito que esta pertencia ao PAIGC. Numa declaração feita à imprensa, em Argel, Soares disse claramente não acreditar haver qualquer esperança de progredir nas conversações enquanto não houvesse uma mudança no regime de Lisboa<sup>60</sup>. Spínola recusava-se a ceder. Na verdade, avaliava mal as forças políticas em presença. Tal como subestimava a maturidade política e a determinação do PAIGC, sobrevalorizava as suas próprias capacidades e calculava mal a força da sua posição, tanto na Guiné como em Portugal. Incapaz de dominar o tigre que o 25 de Abril soltara, incapaz de conter a rápida desagregação das forças armadas no campo de combate e impossibilitado de contar com a lealdade daqueles em que tinha depositado confiança, Spínola sentiu de repente que o chão lhe fugia debaixo dos pés...

Na sequência do 25 de Abril, Spínola nomeara o tenente-coronel Carlos Fabião para o duplo cargo de encarregado do Governo<sup>61</sup> e comandante-chefe das forças armadas em Bissau. Membro-chave do *staff* de Spínola durante os anos de «sorrisos e sangue», conhecedor do país como ninguém, contando com um total de 12 anos de serviço militar na Guiné desde 1955, Fabião constituiu uma escolha esperada. No seu discurso de posse em Bissau, em 7 de Maio, elogiou «a figura e a obra do general Spínola na Guiné», dizendo que «a sua figura se projectou com a maior intensidade em todo o firmamento português, na sua verdadeira dimensão, na sua intocável verticalidade»<sup>62</sup>.

Spínola, naturalmente, sentiu que podia depositar «confiança total» em Fabião e as instruções que lhe deu, antes do seu embarque para Bissau, «foram claras e concisas: pôr termo aos desmandos que ali se estavam praticando à sombra do 25 de Abril; negociar com o PAIGC, mas continuar o esforço defensivo de guerra até à assinatura do acordo de cessar fogo; dar continuidade ao processo político de autodeterminação ali iniciado no meu governo, já claramente apontado para uma consulta popular em termos

<sup>58</sup> Almeida Bruno foi substituído pelo major Manuel Monge — um outro spinolista —, que chegou a Londres após uma visita relâmpago a Bissau, onde relatou os progressos das conversações e se inteirou da situação militar (*Expresso*, de 1 e Junho de 1974).

<sup>59</sup> Os delegados do PAIGC às conversações de Londres, chefiados por Pedro Pires, entraram no Reino Unido com passaportes da Guiné independente (*Expresso* de 1 de Junho de 1974). Diga-se, de passagem, que o PAIGC não receava testar a sua popularidade num processo eleitoral ou num referendo: quando mais tarde o fizeram em Cabo Verde, obtiveram 93% dos votos.

<sup>60</sup> Faz estranhamente lembrar a difícil situação em que Spínola se encontrou perante o Governo de Caxitano em 1972.

<sup>61</sup> Fabião recusou o título de governador-geral.

<sup>62</sup> Citado em Neves, *op. cit.*, p. 270.

autenticamente democráticos; e preparar a minha visita à província com vista a assegurar o respeito total por decisões tomadas de acordo com a vontade das populações, habituadas, aliás, a manifestá-las nos 'congressos do povo'»<sup>63</sup>.

Mas Spínola depositara mal a sua confiança e não seria a última vez que o faria<sup>64</sup>. Os 20 000 cartazes com a sua fotografia enviados para Bissau e destinados à preparação da campanha para a «consulta popular» foram deixados por Fabião nos caixotes<sup>65</sup>.

Spínola nunca chegou a fazer a visita que planeava... Denunciou, subseqüentemente, a conduta de Fabião como uma «traição», mas parece, na verdade, que a «lealdade deste provara ser maior em relação à sua experiência na Guiné do que em relação ao general do monóculo»<sup>66</sup>: as directrizes autoritárias de Spínola tornavam-se completamente ultrapassadas pela extraordinária rapidez e sentido do desenrolar dos acontecimentos naquele território.

À excepção de algumas zonas de fronteira, nas semanas que se seguiram ao golpe, e à medida que as notícias iam chegando às guarnições isoladas nas partes mais longínquas do território, os recontros entre as tropas portuguesas e o PAIGC começaram a abrandar. Ganhar uma equívoca condecoração por serem os últimos a morrer por uma causa sem esperança era coisa que pouco entusiasmava os Portugueses. Assim, em fins de Maio, princípios de Junho, e de uma forma aparentemente espontânea, assistiu-se ao início da troca de contactos entre o exército colonial e o da guerrilha. A iniciativa era normalmente tomada, embora nem sempre, pelos comandantes do PAIGC, que saíam do mato para conversações. Trocavam-se opiniões acerca da guerra e das negociações enquanto se bebiam uns copos e, à medida que a confiança e as amizades cresciam, os inimigos de ontem convidavam-se mutuamente para «jantares e convívios intermináveis»<sup>67</sup>. Realizavam-se jogos de futebol entre equipas de ambos os lados. Retiraram-se as minas das estradas e concederam-se «salvos-condutos» que permitiam aos soldados portugueses sair dos seus aquartelamentos e visitar as aldeias vizinhas. Os camponeses entravam nos quartéis para comerciar. Em Cacine, os guerrilheiros projectaram para as tropas portuguesas um filme sobre os acontecimentos do 25 de Abril!<sup>68</sup> Os soldados tiravam fotografias de braço dado com os seus parceiros guerrilheiros. O processo de confraternização na Guiné foi de facto extraordinário e sem paralelo na história da descolonização ocidental em África<sup>69</sup>. Foi um processo característico da capacidade portuguesa (nem sempre positiva!) para rapidamente esquecer ressentimentos ou desacordos e transformar o inimigo num amigo; foi também, incontestavelmente, um tributo a Amílcar Cabral, que tinha conduzido uma guerra sem ódio nem racismo, uma guerra contra a ditadura colonial, mas jamais contra o povo português — nem mesmo quando este se apresentava fardado...

<sup>63</sup> Spínola, *op. cit.*, pp. 273-274. Spínola estava certo de que ganharia em qualquer plebiscito ou em qualquer outra forma de consulta organizada na Guiné (ver Rodrigues *et al.*, *op. cit.*, p. 243).

<sup>64</sup> Cometeu um erro semelhante ao mandar Oteló a Lusaka, quando das negociações com a FRELIMO, com o objectivo de «vigiar Soares».

<sup>65</sup> Soares, *op. cit.*, p. 36.

<sup>66</sup> Kenneth Maxwell, «Portugal under Pressure», in *New York Review of Books* de 29 de Maio de 1975, p. 28.

<sup>67</sup> Soares, *op. cit.*, p. 38.

<sup>68</sup> *Boletim do MFA* de 17 de Junho de 1975.

<sup>69</sup> Anote-se, contudo, que no Verão de 1974 se desenrolou um processo semelhante em Moçambique, embora numa escala provavelmente menos generalizada.

A confraternização neutralizou efectivamente as forças coloniais na Guiné. Entretanto, em Bissau, o MFA local trabalhou incansavelmente para promover a dinamização política das tropas, estender as suas raízes a todas as unidades militares no território, através de delegações eleitas democraticamente em cada quartel e compostas por oficiais do QP e do QC e ainda por sargentos e praças<sup>70</sup>. A hierarquia tradicional, já seriamente comprometida pela conspiração contra o antigo regime e pelo golpe do 26 de Abril em Bissau (bem como pelo subsequente saneamento do comando militar), encontrava-se completamente marginalizada e destruída. O MFA criou, em substituição, as suas próprias estruturas de comando, no topo das quais se encontrava uma Comissão Coordenadora, um Secretariado e uma Assembleia Geral, representativa de todas as unidades e patentes. O programa do MFA foi divulgado na Guiné através da sua própria secção de informação naquele território<sup>71</sup>. Com a cooperação de Fabião, o MFA apoderou-se firmemente do controlo das estruturas administrativas em Bissau. Os grupos «fantoques» FLING e MDG, «os traidores do povo», foram neutralizados. A Emissora Regional abriu-se ao PAIGC, que assim conseguiu levar a cabo o seu trabalho político de uma forma aberta e sem entraves<sup>72</sup>. Em certa altura, as forças de guerrilha chegaram mesmo a ser solicitadas na capital para pôr cobro à onda de criminalidade aí existente e em relação à qual o exército português se sentia incapaz de actuar por falta de «autoridade moral»<sup>73</sup>.

O que aconteceu na Guiné foi um processo de *simbiose* entre o comando militar do MFA das forças coloniais portuguesas e o exército de guerrilha do PAIGC. A orientação e as acções radicais da vanguarda do MFA desencadearam uma profunda e compreensível reacção na massa dos militares que serviam na Guiné: tudo o que eles desejavam, no fim de contas, era regressar a casa; aliás, a mata da Guiné não era dos lugares mais agradáveis para se estar sem fazer nada, numa altura em que havia tanta incerteza e agitação em Portugal. O *impasse* das negociações de Londres e de Argel não foi, claro, muito bem acolhido por eles. É neste contexto que podem ser compreendidas na íntegra as notáveis conclusões da Assembleia do MFA realizada em Bissau em 1 de Julho: cerca de mil delegados e outros participantes reuniram-se para aprovar uma moção que terminava com cinco pontos:

1. Repudiar qualquer solução local e unilateral que não seja aceite pelo Governo Central de Portugal;
2. Exigir que, vencendo os obstáculos levantados pelas forças reacţionárias e neocolonialistas, o Governo Português, de acordo com as soluções pertinente da ONU, reconheça imediatamente e sem equívocos a República da Guiné-Bissau e o direito à autodeterminação e independência dos povos de Cabo Verde, única política susceptível de conduzir à paz verdadeira;
3. Exigir que sejam imediatamente reatadas negociações com o PAIGC, não para negociar o direito à independência, mas tão-só os mecanismos conducentes a transferência de poderes;

<sup>70</sup> Em Portugal e nas restantes colónias, o MFA era ainda composto exclusivamente por oficiais de carreira.

<sup>71</sup> Para uma descrição detalhada da estrutura, organização e trabalho desenvolvido pelo MFA na Guiné veja-se o artigo publicado no *Boletim do MFA*, n.º 4, de 12 de Novembro de 1974.

<sup>72</sup> Compare-se, uma vez mais, com a situação existente em Angola, onde os movimentos de guerrilha ainda operavam, nesta mesma altura, num regime de semiclandestinidade.

<sup>73</sup> Entrevista em Setembro de 1980.

4. Exigir que sejam desde já dadas por findas as comissões de todos os militares com 18 meses no mato e 21 meses em Bissau, processando-se a evacuação gradual dos restantes militares nos termos do acordo a celebrar com o PAIGC;
5. Apelar para que os militares portugueses encarem a sua presença actual e futura na Guiné como uma forma de prestar a sua cooperação desinteressada ao povo da Guiné, assim contribuindo para o pagamento da dívida histórica criada pelo colonialismo português<sup>74</sup>.

O PAIGC, através dos seus contactos com o MFA e as autoridades em Bissau, tomou conhecimento imediato deste histórico documento. Na sequência do *impasse* das conversações ao nível oficial, em Argel, o movimento de libertação tinha prosseguido com aquilo a que chamava «conversas» no mato, com Fabião e representantes do MFA. Destas conversas encontrava-se arredado o problema do reconhecimento *de jure* da independência guineense, centrando-se as mesmas, exclusivamente, em questões *práticas* relativas à transferência do poder para o movimento de libertação: foi elaborado um calendário para a retirada das forças coloniais e para a passagem da administração para o PAIGC, de forma que as zonas ainda não controladas por este não entrassem num caos após a saída dos Portugueses. A transferência das responsabilidades relativas à justiça e à ordem, transportes públicos, correios, fornecimentos de electricidade, distribuição de abastecimentos, etc., foi detalhada e meticulosamente planeada. Fabião limitou-se a criticar construtivamente as propostas que lhe eram apresentadas pelo PAIGC, tendo, deste modo, ambas as partes chegado a um acordo (oficioso) que iria, mais tarde, servir de base ao acordo oficial assinado em Argel; a retirada das forças portuguesas processou-se, pois, rapidamente e sem dificuldades.

O vertiginoso desenrolar dos acontecimentos na Guiné escapava completamente ao controlo de Spínola: de facto, este encontrava-se demasiado preocupado com os problemas mais imediatos em Lisboa, onde se tornava cada vez mais azeda a luta com a CCP do MFA, no tocante ao controlo das forças armadas, do Estado e, portanto, do próprio processo de descolonização. Spínola tentava preservar a disciplina e a hierarquia militar tradicionais, fazer com que o Exército «regressasse aos quartéis», ao passo que o MFA lutava por conseguir um saneamento efectivo nos postos de comando, criar novas estruturas, assumir o papel de vanguarda dinamizadora dentro das forças armadas, de forma a alargar e a aprofundar a sua base de apoio. Spínola esforçou-se por dissolver completamente o MFA e assumir o controlo incontestado do Estado; o MFA respondeu com firmeza a todos os seus ataques, bateu-se por lugares-chave e manteve o plano operacional de um 25 de Abril «em rodas». Para Spínola, a revolução tinha terminado, para o MFA, mal começara.

Numa reunião realizada na Manutenção Militar, em 13 de Junho, Spínola pediu ao plenário do MFA um voto de confiança em si como condutor do processo de descolonização e intérprete dos objectivos constantes do programa do MFA, defendendo ao mesmo tempo que as forças armadas deveriam regressar aos quartéis<sup>75</sup>. A resposta do MFA foi equívoca, uma vez que se

<sup>74</sup> Reproduzida no *Boletim do MFA* de 17 de Junho de 1975.

<sup>75</sup> Rodrigues *et al.*, *Portugal depois de Abril*, Lisboa, 1976, pp. 34-35.

sentia ainda demasiado fraco e vulnerável para se confrontar abertamente com Spínola<sup>76</sup>. O pedido de Sá Carneiro para que fosse declarado o estado de sítio não obteve qualquer resposta. Estava-se num *impasse*. Mas a crise de autoridade e a eclosão de hostilidades abertas, que se sentia inevitavelmente iminente, podiam, quando muito, ser adiadas, mas não evitadas. Na opinião do primeiro-ministro, Palma Carlos<sup>77</sup>, em Portugal «estava a caminhar-se para um clima de inteira irresponsabilidade e indisciplina»; havia confusão quanto à competência dos vários órgãos do Estado, faltava a autoridade ao Governo e o presidente não possuía um mandato claro que lhe permitisse assumir o controlo exclusivo do processo de descolonização:

Senhor Presidente, isto assim não pode continuar, é necessário que haja um presidente legitimamente eleito até para resolver o caso do ultramar.

Palma Carmos propôs, por isso, que se organizassem imediatamente eleições para a presidência, através de sufrágio universal, que se promulgasse uma Constituição provisória, sujeita a ratificação por referendo, e, por último, que fossem alargados os poderes do primeiro-ministro, incluindo o de escolher os elementos do seu próprio governo. Em 8 de Julho, o Conselho de Estado, pressionado pela Comissão Coordenadora do MFA, rejeitou estas propostas<sup>78</sup>. Em 9 de Julho, e não obstante os pedidos de Spínola, Palma Carlos demitiu-se.

Apesar da neutralidade que Spínola simulava, o certo é que a consequência da crise representou uma importante derrota para si próprio. A sua escolha para substituir Palma Carlos como primeiro-ministro recaiu em Firmino Miguel, que declinou o lugar, pelo que se viu obrigado a aceitar o homem que o MFA lhe propunha: o coronel Vasco Gonçalves. O segundo Governo Provisório, empossado em 18 de Julho, incluía oito militares num conjunto de dezassete ministros<sup>79</sup> e revelou-se consideravelmente mais radical que o antecedente. Esta vitória política do MFA viu-se ainda reforçada com a criação, em 12 de Julho, de uma força de segurança — o COPCON —, nominalmente dependente de Costa Gomes, isto é, do chefe do Estado-Maior, mas controlada, na realidade, pelo MFA — o braço militar, o «órgão operacional» da Comissão Coordenadora. O acentuado minar da posição de Spínola em Lisboa foi prontamente aproveitado pelo MFA. Imediatamente a seguir à crise desencadeada pela demissão de Palma Carlos eclodira em Luanda um sangrento motim racista e, a 22 de Julho, o governador-geral, Silvério Marques, um homem de escassos sentimentos democráticos, considerado um confidente de Spínola, recebeu ordens para regressar a Lisboa. Dois dias mais tarde, Soares de Melo, governador-geral em Lourenço Marques, demitiu-se. Foram nomeadas juntas governativas, compostas exclusivamente por militares, para assumirem a administração de Angola e Moçambique. Em 24

<sup>76</sup> Segundo Rodrigues *et al.*, 1976, *op. cit.*, p. 34, nem todos os oficiais do MFA compareceram ao plenário da Manutenção Militar, com receio de que Spínola estivesse a engendrar um plano para os afastar na primeira ocasião.

<sup>77</sup> Palma Carlos era um conservador de velho estilo, que partilhava, em relação à questão do ultramar, a mesma opinião que o seu presidente. As citações aqui reproduzidas foram extraídas de uma entrevista sua publicada no *Expresso* em 22 de Abril de 1977.

<sup>78</sup> O aumento dos poderes do primeiro-ministro foi, na verdade, aceite.

<sup>79</sup> Com Vasco Gonçalves como primeiro-ministro e Melo Antunes e Vitor Alves como ministros sem pasta, a CCP do MFA viu assegurada a sua posição de controlo.

de Julho, o Conselho de Estado aprovou a nova lei constitucional, que, reafirmando os princípios primeiros contidos no programa do MFA<sup>80</sup>, consagrava o reconhecimento, por parte de Portugal, do direito dos povos colonizados à autodeterminação, «com todas as suas consequências»<sup>81</sup>. Spínola não estava em posição de se furtar a esta decisão: não teve outra alternativa senão a de assinar a lei e, em 27 de Julho, proferiu na televisão e na rádio a sua famosa declaração:

[...] é chegado o momento de reiterar solenemente o nosso reconhecimento dos direitos dos habitantes dos territórios ultramarinos de Portugal à autodeterminação, incluindo o reconhecimento imediato do seu direito à independência<sup>82</sup>.

O «fim das guerras coloniais» foi festejado com grandes manifestações realizadas em Lisboa, Coimbra e Porto. A viabilidade do projecto federalista preconizado por Spínola ficava moralmente enfraquecida<sup>83</sup>.

Em 2 de Agosto deslocou-se a Lisboa o secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, para discutir com Spínola e com o Governo o processo de descolonização a ser adoptado nas colónias portuguesas. Deixou bem claro que, em relação à Guiné, Portugal não teria outra alternativa que não fosse a de entregar o poder ao PAIGC. Numa declaração feita em oito pontos nas Nações Unidas, em 4 de Agosto, Portugal anunciava estar pronto a reconhecer imediatamente a República da Guiné-Bissau como Estado independente e comprometia-se ainda a cooperar com as Nações Unidas para acelerar a descolonização nas ilhas de Cabo Verde<sup>84</sup>.

Em 12 de Agosto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas concordou unanimemente em recomendar à Assembleia Geral a aceitação da Guiné-Bissau como membro de pleno direito daquela organização. Os planos de Spínola relativos a uma «consulta popular» conducente à «autodeterminação» na Guiné estavam agora irremediavelmente ultrapassados: posto perante a completa desagregação da situação política e militar naquele território, sujeito a uma intensa pressão diplomática<sup>85</sup>, embrenhado e distraído na luta pelo poder com o MFA, perante o rápido desenrolar do processo revolucionário em Portugal, apenas restava a Spínola aceitar o inevitável e tentar «salvar o possível no meio do impossível [...] o tempo de que dispúnhamos para negociar era curto e a situação interna era de fragilidade política e de anarquia militar, o que não permitia impor condições que sabíamos de antemão não virem a ser cumpridas»<sup>86</sup>.

Em 26 de Agosto, Mário Soares e Pedro Pires assinaram em Argel o acordo que punha formalmente termo à administração portuguesa na Guiné e no qual se declarava que Portugal reconheceria *de jure* a existência daquela

<sup>80</sup> Redigido por Melo Antunes em Março e que contemplava o claro reconhecimento do direito dos povos colonizados à autodeterminação.

<sup>81</sup> Lei n.º 7/74.

<sup>82</sup> *Keesings Contemporary Archives*, 1974, p. 26 747.

<sup>83</sup> Embora este mantivesse ainda esperanças de poder controlar o processo de descolonização em Angola e talvez em Moçambique.

<sup>84</sup> *Keesings, op. cit.* Os restantes pontos da declaração referiam-se à descolonização dos outros territórios.

<sup>85</sup> Anote-se que muitos Estados africanos colocaram a questão do reconhecimento da Guiné como condição prévia para o estabelecimento ou para o reatamento de relações diplomáticas com Portugal.

<sup>86</sup> Spínola, *op. cit.*, p. 281.

República a partir de 10 de Setembro. O texto do acordo reafirmava e garantia ainda o direito das ilhas de Cabo Verde à autodeterminação e à independência<sup>87</sup>. Dois dias mais tarde, o acordo de Argel foi ratificado, re-lutantemente, por Spínola, mas «consciente de que representava, no momento, a única solução possível»<sup>88</sup>. O acordo de Argel representou uma vitória total para o PAIGC e mais um duro golpe no plano grandioso de Spínola relativo à formação de uma comunidade lusiada. As repercussões deste acordo fizeram-se imediatamente sentir na África meridional. Passados alguns dias sobre a ratificação do acordo de Argel, chegou-se a um acordo em Lusaka, após uns três meses de *impasse* nas negociações, para formação de um governo de transição em Lourenço Marques que conduziria Moçambique à independência, sob a chefia da Frelimo, em 25 de Julho de 1975. Sem uma experiência e conhecimento directos das condições existentes em Moçambique, Spínola viu-se, uma vez mais, sem grandes alternativas, e não teve outra saída senão a de ratificar o acordo, atendendo à deterioração do moral e da disciplina que se verificava nas forças armadas estacionadas naquele território. Como ele próprio previra, o resultado da luta na Guiné teria um tremendo impacte no processo global de descolonização:

O descalabro militar na Guiné modificou, assim, toda a possível estratégia política e criou um completo descontrolo nos sectores político-democráticos que desejavam uma descolonização negociada<sup>89</sup>.

O PAIGC e os restantes movimentos de libertação eram, em sua opinião, «minorias de representatividade equívoca», catapultadas para o poder pela «traição» dos elementos «marxistas» do MFA e pela «prostituição» das forças armadas. Não é necessário compartilhar a opinião de Spínola sobre as capacidades políticas e militares dos movimentos de libertação, ou partilhar sequer a sua paranóica interpretação das motivações e actuações dos seus colegas militares para se compreender a realidade do enorme impacte do 25 de Abril no processo de aceleração conducente ao fim das longas lutas pela independência na Guiné, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e, mais tarde, em Angola também. A derrota do plano neocolonial de Spínola na Guiné, no seu «território natural», revestiu-se de um enorme significado: não só abriu um claro precedente para a natureza do tipo de descolonização a ser adaptado no resto do Império, como agudizou e forçou a rápida resolução das contradições do poder inerentes ao novo regime de Lisboa, fazendo avançar o processo revolucionário na metrópole e conduzindo, a breve trecho, à queda de Spínola e a uma mais profunda radicalização do Estado Portugêis.

---

<sup>87</sup> A estratégia de Spínola fora a de afastar as ilhas do problema da Guiné durante as negociações para a independência. A informação disponível sobre a descolonização de Cabo Verde é limitada. Em 30 de Dezembro de 1974 foi formado um governo de transição que conduziu o arquipélago à independência total, sob a direcção do PAIGC, em 5 de Julho de 1975.

<sup>88</sup> Spínola, *op. cit.*, p. 285.

<sup>89</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 282.

#### IV. CONCLUSÃO: UMA DESCOLONIZAÇÃO EXEMPLAR

Em 10 de Setembro, quando do reconhecimento oficial da independência da Guiné-Bissau por parte de Portugal, Spínola aproveitou para lançar um aviso:

A maioria silenciosa do povo português terá pois de despertar e de se defender activamente dos totalitarismos extremistas que se digladiam na sombra [...] A consentir-se um clima anárquico de reivindicação incontrolada [...] O País mergulhará no caos económico e social, que só a sectores minoritários poderá aproveitar [...] É chegado o momento de o País acordar [...] <sup>90</sup>

A situação era desesperante: Spínola via traição e subterfúgios por todo o lado, o MFA «enfeudado» ao Partido Comunista, a desintegração das forças armadas no ultramar, que se passavam para o lado dos seus opositores guerrilheiros, a anarquia e o caos na vida civil e na economia. Tornava-se necessária uma acção drástica se não se quisesse entregar Angola — o «Brasil africano» e elemento-chave no projecto de Spínola para uma comunidade lusíada —, do mesmo modo que se entregara a Guiné e Moçambique, e se não se quisesse que Portugal ficasse sob o domínio de «forças totalitárias». Spínola apelou directamente para o povo português. Escudando-se com os *slogans* «disciplina», «ordem» e «Pátria», aliou-se a toda a espécie de grupúsculos neofascistas e colonos reaccionários, na tentativa de inverter o curso revolucionário em África e na metrópole e de destruir o MFA. A conspiração reaccionária, apressadamente organizada, destinava-se, aparentemente, a tomar o poder de um modo mais ou menos simultâneo em Lisboa, Luanda e Lourenço Marques. De qualquer forma, a prematura revolta dos colonos em Moçambique (7-10 de Setembro) deitou por terra esta jogada: em Lourenço-Marques, a revolta racista foi dominada pela acção conjunta das forças portuguesas e da Frelimo; em Luanda, a Junta Governativa de Rosa Coutinho controlou a situação através de severas medidas; e, em Lisboa, a manifestação da «maioria silenciosa», organizada por Spínola, foi impedida pela força conjunta do COPCON e da mobilização popular, tendo o MFA impedido a sua tentativa para a declaração do estado de sítio temporário, com suspensão das liberdades democráticas. Em 30 de Setembro, Spínola demitiu-se da presidência. A solução neocolonial fora derrotada. O MFA movimentou-se rapidamente no sentido da sua própria institucionalização como «garante» da continuação da revolução democrática e de uma descolonização bem sucedida...

Na Guiné, as etapas finais da descolonização processaram-se rápida e eficientemente. Os acordos de Argel apontavam para o dia 31 de Outubro de 1974 como data limite para a retirada das tropas portuguesas e, de facto, todo o processo de evacuação das cerca de 130 unidades militares e postos avançados, bem como a enorme força estacionada em Bissau, se cumpriu dentro do prazo previsto e sem que se tenha perdido uma única vida que fosse pela acção armada — não se tendo registado qualquer espécie de choque nem com guerrilheiros nem com a população <sup>91</sup>. Fabião deixou Bissau no úl-

<sup>90</sup> Rodrigues *et al.*, 1976, *op. cit.*, p. 84.

<sup>91</sup> Basil Davidson, *The Peoples Cause: a history of guerrillas in Africa*, Londres, 1981, p. 172. É possível que o sucesso da desvinculação portuguesa na Guiné tenha levado os responsáveis do MFA a adoptar subse-

timo avião militar; regressado a Lisboa, foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército, tendo iniciado esforços nesta sua nova situação, em colaboração com os seus camaradas vindos da Guiné, no sentido de transplantar para as forças armadas em Portugal as estruturas democráticas desenvolvidas naquele território <sup>92</sup>. Durante o mês de Novembro, o MFA preparou-se para o seu novo papel de vanguarda dinamizadora e a 6 de Dezembro realizou-se na capital a primeira assembleia geral nacional do MFA.

A história da luta pela independência na Guiné é fascinante; o impacto deste pequeno país nos assuntos mundiais talvez não encontre paralelo nos tempos modernos.

A primeira parte do continente africano descoberta pelos exploradores portugueses em meados do século XV tornou-se, volvidos cinco séculos, no cemitério do colonialismo português e no primeiro dos territórios portugueses de África a obter a independência. A descolonização na Guiné, se bem que tardia, processou-se de um modo exemplar, lançando as bases para o desenvolvimento de relações cordiais entre Portugal e a sua ex-colónia no período post-independência. Em Fevereiro de 1979, o presidente Ramalho Eanes, que servira como capitão no exército colonial em Canchungo, deslocou-se à Guiné para conversações que visavam o aprofundamento da cooperação técnica e cultural entre os dois Estados. Foi, como notou Eanes, a primeira visita que «um chefe de Estado eleito livremente pelos portugueses realiza oficialmente ao primeiro Estado reconhecido como independente e soberano pela antiga potência colonizadora» <sup>93</sup>. Durante a sua visita, Eanes deslocou-se a Bafatá, onde colocou uma coroa de flores no monumento erguido a Amílcar Cabral, fundador e inspirador da nacionalidade guineense. Foi um acto comovente e altamente simbólico: uma homenagem ao inestimável contributo de um grande homem que, com a sua acção, ajudou o povo português a libertar-se da sua longa e escura noite de ditadura e isolamento.

---

quentemente uma atitude demasiado optimista em relação ao problema bem mais complexo da retirada em Angola, onde o movimento de libertação tinha uma implantação popular mais limitada, ao nível global do território, não possuindo uma estrutura com características permanentes de estado em desenvolvimento que preenchesse o vazio deixado pela descolonização.

<sup>92</sup> Embora com menor sucesso, mas minando as bases elitistas do MFA até aí existentes na metrópole.

<sup>93</sup> *O Jornal* de 23 de Fevereiro de 1979.